

AS PRÁTICAS CORPORAIS FORA DO ESPAÇO DAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA – O CASO DO PIBID

Daniele Cristina Carqueijeiro de Medeiros; André Uemoto; Fatima Galzerani
Escola Estadual Guido Segalho – Campinas/ SP

Palavras – chave: PIBID, práticas corporais, espaços escolares

Introdução

O PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – é um programa instituído nas universidades com o intuito de aproximar as licenciaturas e o ambiente escolar. O grupo cujo trabalho é aqui relatado está localizado na UNICAMP, é um grupo multidisciplinar voltado para a discussão das relações humanas entre os diferentes sujeitos que compõem o cotidiano escolar, na tentativa de identificar problemas de violência, agressividade, bullying e preconceitos diversos. A escola na qual o projeto se desenvolve é a E.E. Guido Segalho, em Campinas – SP, e é supervisionado pelos coordenadores da escola, André Uemoto e Fátima Galzerani, e coordenado pelas profas. Dras. Elaine Prodócimo e Eliana Ayoub. O projeto conta com 20 alunos de licenciaturas em educação física, artes, pedagogia e geografia e teve início no ano de 2010. O público alvo do projeto são alunos do ensino fundamental II e ensino médio.

Uma das áreas de atuação do grupo na escola na busca de favorecer as relações pessoais entre os alunos é a das práticas corporais. Inúmeras ações foram realizadas desde o início do projeto, como oficinas de teatro, circo, lutas, dança e outros. A grande particularidade que une todas as ações descritas é o uso de espaços diferentes das aulas de educação física para a realização das práticas corporais.

O projeto

O foco da ação das práticas corporais relatadas no presente trabalho eram as turmas de ensino fundamental II. Essas turmas eram tidas, pelos professores e demais agentes da escola como agitadas, que não param quietos, muitas vezes indisciplinados e que não respeitam os professores e as regras da escola.

Essas ações ocorreram no espaço das “aulas vagas” (como eram chamadas as aulas dos professores que faltavam), que ocorriam com certa frequência na escola, na busca de ocupar o tempo ocioso dos alunos. Como proposta, na ação foi enfatizada a prática de atividades que fugissem dos esportes e outras atividades “dominantes” no espaço da educação física escolar. Visualizou-se ali um ambiente profícuo para a inserção de novas realidades de movimento, tanto relacionadas à “cultura de rua” que os próprios alunos conheciam, quanto relacionadas às grandes mídias ou outras culturas que, contextualizadas, poderiam se encaixar nas práticas destes adolescentes. O grande objetivo era “desestigmatizar” a prática corporal, que era encarada como um paradigma dos grandes esportes midiáticos.

Entretanto, deparou-se com uma realidade desconhecida: a educação física e as práticas esportivizadas, no ambiente escolar, já estavam incorporadas pelos alunos através das práticas que eles, cotidianamente, faziam e refaziam.

Além disso, havia outra questão: o espaço de intervenção das práticas corporais, na escola, estava restrito às aulas de educação física. O corpo negligenciado pelos conteúdos é, igualmente, negligenciado por parte dos alunos, que se assusta e se nega a vivenciar uma prática sempre que ela exija a movimentação do corpo, ou que os leve a “suar”.

Algumas tentativas foram feitas para que práticas fossem realizadas neste “não espaço” escolar que instigassem novas buscas por parte dos alunos: capoeira, atividades adaptadas, construções circenses, ritmo e ginga. A inserção de uma atividade neste

espaço, em primeiro lugar, deveria ter um objetivo concernente ao projeto político pedagógico da escola, para que este não fosse visto como “a hora da recreação”. Eis, então, mais um problema: a falta de clareza ao explicar as atividades para os alunos, para que não as confundissem com lazer. A pouca relação das aulas com as aulas de educação física fez com que eles não entendessem o real significado delas em meio à cultura corporal, e distanciou a relação educativa das aulas, significando mais um espaço de lazer orientado.

Quando superadas as dificuldades de compreensão do espaço como educativo, barrou-se sempre na resistência de grande parte dos alunos em realizar a atividade proposta. As justificativas resvalavam entre duas razões: a não obrigatoriedade – e não punição por consequência – e a quadra como espaço escolar único destinado à prática de atividades físicas, já que muitas atividades eram realizadas no pátio da escola. Logo, para os alunos – e para os demais integrantes do espaço escolar – o pátio ou a sala de aula não eram espaços destinados a movimentação do corpo. Pátio combina com recreio, e com recreação.

Enfim, quando mais estas dificuldades foram superadas, emergiram outras não tão peculiares: a vontade de jogar futebol, a onipotência – e onipresença – dos meninos nas aulas, a presença de outra sala no pátio referente à ausência de outro professor.

Foram desenvolvidas inúmeras aulas ao longo do semestre, porém estas não foram contínuas, pois dependiam da ausência do professor, assim, algumas turmas tiveram várias aulas enquanto outras nenhuma ou apenas uma. O período em que as aulas foram desenvolvidas foi de agosto a novembro.

Como estudiosos da educação física escolar e do que a cultura corporal de movimento significa dentro do contexto escolar, esperávamos que nossa prática levasse os alunos ao refinamento crítico e a autonomia com relação aos conteúdos, quebrando um paradigma de cultura física como sinônimo da prática de esportes. Procuramos mostrar que a cultura escolar também comporta as práticas ‘periféricas’, que são realizadas em seus contornos.

Mas, para nós, parecia que o que havia no papel era abruptamente diferente do que havia no corpo. As práticas que procuramos inserir naquele contexto pareciam desprovidas de significados para os alunos.

Procuramos descobrir quais eram as suas expectativas para as aulas com a seguinte pergunta: o que vocês gostaram, não gostaram e gostariam que houvesse nas aulas?

A maioria das respostas frisou a ausência de esportes como futebol, handebol e vôlei. Entendemos esta resposta como a associação de nossas aulas com as aulas de educação física, nas quais tais conteúdos são majoritários. Entretanto, tal associação foi unilateral: gostariam que nossas aulas absorvessem tais conteúdos, porém não sugeriram à professora que as aulas de educação física contemplassem os novos aprendizados. Aparentemente, os alunos tentaram nos ajudar a “legitimar” nossas aulas, nos parâmetros de aceitação social.

Outras respostas nos pediram para que fizéssemos aulas mais calmas ou “aulas teóricas”, reafirmando a premissa levada a cabo no texto de que a escola, na visão dos alunos e da própria instituição, é um espaço da “mente”, e o corpo deve ficar relegado unicamente às quadras.

Entendemos que tais fichas foram espaços de avaliação. Avaliação, termo entendido por nós como um julgamento da aprendizagem dos alunos, e, acima de tudo, do ensino dos professores. Desmitificando a relação de notas com a incapacidade do aluno, vemos a avaliação como um processo de entendimento do que, de fato, é apreendido por este, e quais as falhas que ocorrem na comunicação de ambos.

Considerações finais

Buscou-se, a partir deste relato de atividades realizadas por ‘quase’ professores, uma abertura de espaço na discussão dos usos das práticas corporais no espaço escolar. Usos estes negligenciados pelos alunos, pelos professores, pelos agentes escolares e – inclusive – pela própria aula de educação física.